

Textos filosóficos em discussão: Vestibular da UFPR 2020/2021

Geraldo Balduino Horn e
Alexsander Machado

Desde 2006, tanto a Filosofia como a Sociologia passaram a fazer parte da segunda fase do processo seletivo do vestibular da UFPR. Além do próprio curso de Filosofia, outros cursos como Medicina, Direito e Psicologia também optaram pela inclusão de questões de Filosofia para a seleção de seus candidatos. Ampliando essa avaliação, a partir da prova de 2018/2019, as questões da área passaram a figurar na primeira fase da Vestibular. Semelhante às questões de Literatura, que versam sobre livros específicos indicados a cada ano, as questões de Filosofia, tanto da primeira quanto da segunda fase, são elaboradas a partir de textos específicos, selecionados e indicados pelo Colegiado do Curso de Filosofia da UFPR.

As orientações que encontramos no site da UFPR salientam que as referências bibliográficas indicadas para a realização da prova de Filosofia “não devem ser encaradas como o resultado da identificação de um *minimum* de leituras que os estudantes do Ensino Médio devem realizar durante as aulas de Filosofia”. Em seguida, enfatiza-se “que o objetivo não é averiguar os conhecimentos cumulativos e textuais da história da Filosofia, mas a capacidade de compreender e discutir textos filosóficos no contexto das questões e dos debates clássicos da Filosofia.

Outros tipos de formação e de preparação prévia também são compatíveis com os objetivos da prova, mesmo aqueles que não contemplem o estudo das obras abaixo indicadas. [...] o objetivo não é o conhecimento de um ou outro filósofo, mas o desenvolvimento de ferramental básico para a leitura e compreensão de quaisquer textos filosóficos. [...] as questões da prova serão circunstanciadas em determinados textos filosóficos. Uma boa preparação deve procurar desenvolver uma maior familiaridade com os objetos de análise das questões e com a terminologia consagrada pelos textos empregados na sua formulação, por isso recomenda-se a leitura prévia desses textos”.

Os textos indicados para o vestibular da UFPR de 2020/2021 são os seguintes:

1ª fase: (1) ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Capítulo 2 [4, 5 e 6]. Trad. Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p. 31-58; (2) HERÁCLITO DE ÉFESO (A – Doxografia; B – Fragmentos; C – Crítica Moderna: 1. Georg W. F. Hegel e 2. Friedrich Nietzsche). Tradução de Wilson Regis, José Cavalcanti de Souza, Ernildo Stein e Rubens R. Torres Filho. São Paulo: Victor

Civita, 1973. p. 81-116. (Coleção Os Pensadores, v. I.); (3) LOCKE. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Introdução, Livro I [cap. 1, 2 e 3]; Livro 2 [cap. 1, 2, 12 e 23]. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Victor Civita, 1973. p. 145-171, p. 189-191, p. 212-214. (Coleção Os Pensadores, v. XVIII.); (4) MAQUIAVEL. Discursos sobre a Primeira década de Tito Livio. Seleção de textos, tradução e notas Carlo Gabriel Kzsam Pancera. In: MARÇAL, J. (org.). *Antologia de textos filosóficos*. SEED, 2009. p. 426-450; (5) PLATÃO. Excerto do Diálogo Hípias Maior e excerto de A República (livro X). Seleção de textos e notas Roberto Figurelli. Tradução de Carlos Alberto Nunes. In: MARÇAL, J. (org.). *Antologia de textos filosóficos*. SEED, 2009. p. 548-563.

2ª fase: (1) ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Capítulo 2 [4, 5 e 6]; (2) HERÁCLITO DE ÉFESO (A – Doxografia; B – Fragmentos; C – Crítica Moderna: 1. Georg W. F. Hegel e 2. Friedrich Nietzsche); (3) LOCKE. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Introdução, Livro I [cap. 1, 2 e 3]; Livro 2 [cap. 1, 2, 12 e 23].

A decisão de contemplar os conteúdos filosóficos nas provas do vestibular em diversas universidades, dentre elas a UFPR, tem a ver com o contexto histórico de afirmação dessas disciplinas no Ensino Médio (a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008 alterou o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Importante ressaltar o papel das Secretarias de Educação de cada estado em relação à manutenção e implementação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo. Mas infelizmente a reforma do Ensino Médio, Lei N. 13.415/2017, está provocando um grande retrocesso para as disciplinas em geral, mas especialmente para a Filosofia e para a Sociologia.

As edições d'O Sísifo de dezembro/2020 e janeiro/2021 apresentam e problematizam elementos centrais dos textos de Filosofia que são objeto da prova do vestibular 2020/2021. A construção desses textos de apoio contou com autoria de estudantes de Docência em Filosofia II (Prática de Ensino e Estágio Supervisionado) da UFPR: Aguiar N. Morzelle, Lennon Augusto dos Santos Ribeiro, Bruna Lourenço dos Santos, Marina Burigo Guimarães Back, Cezar Prado, Giovanni Novelli, Tayéshi Kadosaki, Flávio Augusto de Oliveira Santos, Veronica Calado, Matheus Berlanda Wolf, Priscilla Cella Rodrigues, Sidnei Alves e do professor Everton Marcos Grison.

Contamos também com a leitura crítica dos professores de Filosofia Edson Teixeira, Márcio Pheper, Wilson José Vieira e Benito Maeso. A quem, o Coletivo do NESEF, desde já agradece.

A condição humana – Hannah Arendt

Cezar Prado
Giovanni Novelli
Tayéshi Kadosaki



Hannah Arendt foi uma filósofa alemã, de origem judaica, nascida em 14 de outubro de 1906 em Linden-Limmer (no antigo Império Alemão) e falecida em 4 de dezembro de 1975, em Nova Iorque. Como pensadora, Arendt refletiu muito a respeito de diversas questões políticas

(totalitarismo, democracia, direito público e privado, ideologia etc.), tendo em vista que seu pensamento foi permeado por diferentes campos de saber tal como a Filosofia Existencial (influenciada por Martin Heidegger), Filosofia da Educação e

Ontologia, sendo também afetado pela barbárie do regime nazista.

O pensamento e a perspectiva política arendtianas foram marcadas por determinados acontecimentos históricos que ocorreram durante sua vida, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1917), a Revolução Russa (1917) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse sentido, suas obras sempre tiveram um plano de fundo crítico com relação ao autoritarismo e à defesa da luta pela democracia, além de refletir muito a respeito das relações públicas e privadas, entremeadas pelas reflexões entre as instituições e o povo. Sendo assim, a filósofa alemã teve várias influências filosóficas como forma de constituir seu próprio pensamento, salientando-se a leitura de autores da Filosofia Antiga (como os pré-socráticos, Platão e Aristóteles), da Filosofia Medieval (como Santo Agostinho), da Filosofia Política Moderna/Contemporânea (Maquiavel, Tocqueville, Montesquieu, Burke e Marx), além de Friedrich Nietzsche, Soren Kierkegaard e Martin Heidegger.

A produção filosófica de Hannah Arendt, impulsionada pelas suas próprias vivências, possui como eixo a análise política sobre a essência humana, a sociedade, a democracia e as relações sociopolíticas. As suas principais contribuições filosóficas são os conceitos de totalitarismo, que se desenvolve a partir de uma reflexão crítica dos regimes totalitários do século XX na obra *As origens do totalitarismo* (1951); a ideia de esfera pública e privada, assim como o conceito de *vita activa*, que formam a trama do debate sobre a construção e a transformação do ser humano em *A condição humana* (1958); e a análise ético-política da banalidade do mal na obra *Eichmann em Jerusalém* (1963), em que a filósofa acompanha, como

correspondente da revista *The New Yorker*, o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann.

Em *A condição humana*, Arendt resgata o debate sobre o cerceamento da vida pública e privada dos regimes totalitários para pensar no seu esquecimento na modernidade. Nessa obra, a filósofa apresenta uma contraposição entre labor e trabalho, tomando o conceito de trabalho como uma construção cultural, opondo-se à ideia de trabalho ontológico em Marx, ou seja, de que o trabalho é intrínseco ao ser humano e ao seu desenvolvimento. Posteriormente, temos algumas críticas às formulações arendtianas, entre elas a crítica ao conceito de totalitarismo, como podemos observar em Slavoj Žižek em *Alguém disse totalitarismo?* (2001), O mais sublime dos históricos – Hegel com Lacan (1991), Domenico Losurdo em *Por uma crítica da categoria de totalitarismo* (2002) e István Mészáros em *O poder da ideologia* (1989).

No caso do texto (os capítulos I e II de *A condição humana*) indicado para prova do vestibular deste ano, é importante destacar alguns elementos centrais. Primeiro, a definição arendtiana de *vita activa*, encontrada no início do texto, designando três atividades humanas fundamentais: o labor (relacionado às necessidades biológicas do corpo), o trabalho (relacionado à artificialidade da existência humana que prolonga esta mesma existência) e a ação (relacionada à atividade que se desenvolve diretamente entre os homens no mundo, como “atividade política por excelência”). Em segundo lugar, Arendt destaca que a expressão *vita activa* vai perder, sobretudo na era cristã, o seu sentido especificamente político para designar “todo tipo de engajamento ativo”, ocorrendo uma sobrevalorização da vida contemplativa. E, em terceiro lugar, podemos enfatizar o surgimento da esfera social na era moderna e o desaparecimento da estrita divisão entre esfera pública e esfera privada existente na Antiguidade greco-romana e durante a Idade Média.

Na edição d’*O Sísifo* de janeiro/2021, esses pontos serão analisados mais detalhadamente, assim como outras questões relevantes. Por ora, recomendamos a leitura do Prólogo desse livro de Hannah Arendt, no qual a autora explica algumas coisas importantes para compreender o que é mostrado posteriormente no texto (por exemplo, a diferença entre “mundo moderno” e “era moderna”), e também alguns filmes que ilustram certos problemas apresentados pela filósofa: o filme *Sócrates* (1971), no qual se retrata aspectos da vida do importante filósofo grego e sua atuação na esfera pública da cidade ateniense, e *O dilema das redes* (2020), um documentário que mostra como a esfera social tem ganhado cada vez mais espaço, contemporaneamente, tanto na vida privada quanto na vida pública das pessoas. Lembrem, no entanto, que a prova será elaborada levando em conta fundamentalmente o conteúdo e os conceitos presentes no texto indicado.

Heráclito de Éfeso (Crítica Moderna: Georg W. F. Hegel e Friedrich Nietzsche)

*Bruna Lourenço dos Santos
Marina Burigo Guimarães Back*

Todo ano a Universidade Federal do Paraná adota para a primeira fase do vestibular cinco textos de filosofia. No processo deste ano, 2020/2021, um dos textos fala sobre Heráclito de Éfeso. Mas quem era esse filósofo? Heráclito faz parte daquele grupo de pensadores considerados pré-socráticos, não porque teriam vivido antes de Sócrates (470 a.C. –399 a.C.), o famoso filósofo de Atenas, mas sim pelos temas que abordavam. Os pré-socráticos são pensadores do primeiro período filosófico grego e sua principal característica se encontra na busca de respostas sobre a origem do ser e do mundo na natureza, por esse motivo são chamados de “Filósofos da physis” ou “Filósofos da Natureza”.

Para eles, as respostas sobre as questões humanas deveriam ser respondidas racionalmente partindo da observação da natureza, diferente da visão grega da época, que era baseada em cosmogonias que narravam o surgimento do universo a partir de deuses mitológicos, como é o caso do mito de Gaia e Urano. A maioria dos filósofos da natureza justificava o surgimento do universo através da cosmologia (estudo do cosmos com os olhos da racionalidade), que, para eles, consistia na origem de tudo derivada de algum elemento da natureza como água, terra, ar ou fogo.

A obra de Heráclito, infelizmente, perdeu-se com o passar dos séculos. Atualmente, é possível conhecer suas reflexões apenas por meio das referências que outros pensadores fizeram aos seus ensinamentos. O primeiro volume da coleção Os Pensadores contém comentários que diversos intelectuais fizeram sobre Heráclito e suas reflexões. Tais considerações são expostas em três seções: doxografia, fragmentos e crítica moderna. Na doxografia são apresentados os relatos de pensadores antigos a respeito da doutrina filosófica de Heráclito. Os fragmentos, por sua vez, são pequenos trechos da obra heraclitiana tal qual apresentados em diversos textos antigos e medievais. A crítica moderna, por outro lado, consiste numa proposta distinta, pois, diferentemente da doxografia e dos fragmentos, esta seção apresenta as interpretações e sistematizações que filósofos modernos e contemporâneos formularam a respeito do pensamento heraclitiano, a saber, as de Hegel, Nietzsche e Heidegger o terceiro não sendo exigido para o vestibular da UFPR de 2020/2021).



Tendo isso em vista, é importante enfatizar que, mesmo concedendo a intenção de cada um desses filósofos de sistematizar os ensinamentos de Heráclito de modo fidedigno, é possível que seus comentários à obra heraclitiana não expressem exatamente o que o filósofo grego queria transmitir. A interpretação das passagens e a organização de um pensamento num sistema já são, em si, movimentos ativos na construção de sentidos. A leitura de um texto filosófico não é passiva. Ao contrário, pois compreender suas reflexões é parte da própria atividade filosófica, ela mesma nos leva a filosofar.

Esse modo de relação com as obras de Filosofia permite a conexão com elas, a atualização de suas ideias também permite expandi-las e modificá-las de modo a escapar às objeções que enfrentavam, além de mostrar sua relevância hoje em dia. Todavia, nenhum intérprete é completamente isento e sua escolha por determinada chave de leitura pode mudar o sentido de partes significativas de um texto. Por um lado, isso explica as diferenças notáveis da interpretação de certos pontos do pensamento de Heráclito entre os três comentários da crítica moderna. Dessa forma, percebe-se o quão indispensável é o contato direto com os próprios textos filosóficos, para que cada um examine por si mesmo as ideias ali contidas. No estudo das obras para o vestibular isso não é diferente.

Ainda assim, é relativamente consensual, inclusive entre as interpretações de Hegel e Nietzsche, que Heráclito acreditava que a origem do universo, ou seja, o princípio originário (arché) de todas as coisas se dava através do fogo, pois, para ele, o princípio de todas as coisas estava contido nesse elemento que tudo queima e tudo transforma. Heráclito parte do pressuposto que tudo é movimento, nada permanece a mesma coisa porque tudo flui e tudo se move. Desse pensamento resulta o devir, que é a constante mudança, o eterno vir a ser.

O filósofo é considerado o pai da dialética, porque, segundo o filósofo, a relação entre as coisas é um duelo entre os contrários, ou seja, a harmonia do universo se encontra na existência dos opostos, da contradição. Toda a compreensão que temos sobre a realidade em que vivemos, de acordo com a filosofia de Heráclito, dá-se por meio do logos que é a lei que governa o mundo agindo diretamente na physis (natureza) e também influencia o próprio pensamento humano para a compreensão daquilo que se apresenta a nós.

Ensaio acerca do entendimento humano **Introdução, Livro I (John Locke)**

Flávio Augusto de Oliveira Santos
Veronica Calado

O pensador John Locke (1632-1704) viveu na Inglaterra, entre os séculos XVII e XVIII, tendo exercido grande influência na filosofia de seu tempo, destacando-se nos campos da política e da epistemologia. Médico de formação, publicou, em 1689, a obra *Ensaios sobre o entendimento humano*, que, rapidamente, ganhou destaque no debate em sua época, recebendo respostas positivas e, também, bastante divergentes. Seu pensamento foi fundamental para as formulações posteriores de David Hume (1711 – 1776) e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716).

Para o filósofo inglês, na esteira dos escritos de Francis Bacon (1561-1626) –opondo-se à tradição racionalista predominante, muito conhecida pelas formulações de René Descartes (1596-1650), por exemplo –, caberia ao entendimento humano a tarefa de examinar a si mesmo, tornando-se o seu próprio objeto de estudo, visando a compreender seus limites e capacidades na busca pela resposta ao questionamento central da Era Moderna (Como conhecemos a verdade?) e às questões da metafísica, como a existência de Deus, a imortalidade da alma e a unidade do mundo.

Esse raciocínio, presente logo no início da introdução de seu texto, consistindo em “inquirir da origem, da certeza e da extensão do conhecimento humano”, torna Locke um dos primeiros filósofos de seu tempo a adotar uma postura crítica diante do entendimento humano, vocabulário que, mais tarde, será consolidado com Immanuel Kant (1724-1804)

Dado o método contrastante com o de autores de sua época e a virada crítica que promove em relação a pensadores de cunho racionalista, como Baruch de Espinosa (1632-1677), tornou-se um dos precursores da área denominada epistemologia (ou teoria do conhecimento) e da abordagem empírica, tendo investigado, sobretudo, a capacidade do sujeito de conhecimento (sujeito cognoscente) em relação aos objetos externos (objetos cognoscíveis) com o intuito de analisar algumas questões relacionadas à ferramenta da razão ou do entendimento, tais como: as formas de conhecimento, a origem das ideias e, ainda, a capacidade do sujeito de conhecer esses objetos externos e suas relações. Esse caminho também leva Locke a figurar entre os primeiros filósofos a abrir espaço para uma

subjetividade, um sujeito que não conhece passivamente a realidade, mas, ao contrário, participa ativamente deste processo.

Como um dos maiores representantes do empirismo inglês, afirmava que o conhecimento seria construído a partir de diferentes graus, sempre partindo do campo dos sentidos (sensações) para o plano das ideias. Portanto, todas as nossas ideias seriam, em última análise, fruto das experiências sensíveis que possuímos. Um exemplo interessante da tese, proposto pelo próprio autor, é o de crianças recém-nascidas. Vale dizer, os bebês não trazem consigo ideias do mundo ou princípios práticos (ideias inatas e princípios inatos), razão pela qual adquirem conhecimentos a partir da interação com as pessoas ao seu redor e com o meio em que se desenvolvem.

Locke propôs a comparação da criança com a figura de uma “tábula rasa”, com o objetivo de demonstrar que a mente, antes das experiências sensíveis,

seria como uma folha em branco. Dessa forma, aprendemos algo novo quando conseguimos voltar às coisas que conhecemos. Sendo assim, por intermédio da análise detalhada das faculdades mentais dos indivíduos, buscou demonstrar o limite do que poderia ser aprendido, atrelando à experiência.

Assim, ataca a noção platônica de ideias inatas, afirmando que ainda que fosse possível encontrar ideias comuns a todos os seres humanos, ainda assim, não haveria base sólida para concluir que elas sempre estiveram em nós. Por essa razão, saber algo significa a possibilidade de apresentar uma coisa conhecida.

Mas então, como se formam os conhecimentos? Segundo Locke, o conhecimento se forma a partir de processos de combinação (ou associação) de ideias, de forma que uma ideia simples possa vir a se tornar complexa no âmbito da razão. Assim as ideias abstratas ou gerais – tais como: corpo, alma, Deus, natureza –, bem como as ideias de relação entre essas ideias complexas – por exemplo: identidade, causalidade e finalidade – são formadas a partir de combinações e associações de ideias simples, através da experiência.

Essas noções são, portanto, fundamentais para a compreensão do Ensaio sobre o entendimento humano, além de necessário para entender seu alcance e inovação de sua publicação. A leitura atenta do livro e a atenção para a forma de sua divisão possibilitam ao leitor compreender o diálogo inicial que contradiz o racionalismo e a posterior construção empírica dos conhecimentos do sujeito diante do mundo.



Excerto do diálogo *Hípias Maior* e excerto de *A República – Livro X (Platão)*

Aguiar N. Morzelle
 Everton Marcos Grison
 Lennon Augusto dos Santos Ribeiro

O que é a verdade? Essa é uma questão muito urgente e que ocupa reflexões de diversos filósofos. Platão (427/428 a.C. – 347 a.C.), nascido em Atenas, na Grécia Antiga, é um dos mais importantes pensadores do Ocidente e refletiu em diferentes obras sobre essa questão. Na célebre “Alegoria da Caverna”, texto escrito por Platão, que compõe a obra “A República”, o filósofo reflete sobre a realidade sensível (representada pelo interior da caverna, lugar de sombras e de diferentes ilusões) e sobre a realidade inteligível (destacada pelo exterior da caverna, lugar das verdades únicas e perfeitas). Esse dualismo, isto é, a realidade sensível e a realidade inteligível é fundamental para a compreensão das variadas reflexões elaboradas pelo autor.

É importante salientar que as obras platônicas possuem uma organização literária muito peculiar, pois são escritas em formato de diálogo, ou seja, como se fossem “conversas” entre diferentes interlocutores com Sócrates, filósofo que nada escreveu e foi uma espécie de “mestre” de Platão. Nos diálogos platônicos é possível travar contato com o método socrático, que consiste em uma forma de pensamento organizada a partir de uma investigação filosófica dialética (arte do diálogo, da discussão, dos conflitos de ideias), na qual os interlocutores colocam em debate suas ideias e vão avançando a fim de se libertarem do conhecimento sensível, ou, como apontado anteriormente, daquilo que é fruto do interior da caverna e, portanto, poluído por crenças e opiniões.

Essas reflexões se realizavam no interior da pólis (cidade em grego) ateniense, importante espaço de elaboração e desenvolvimento da cultura grega do período, no qual se destacaram personalidades como a do poeta Homero, que supostamente narrou os versos da *Ilíada* (sobre a Guerra de Tróia) e *Odisseia* (sobre as adversidades do retorno de Odisseu para casa após a Guerra de Tróia). É nessa efervescência de reflexões da cidade que Platão sentiu a necessidade de discutir, entre muitos outros temas, sobre justiça, verdade, imitação e beleza.

Em “A República”, especialmente em um trecho do livro X (nesse caso as divisões dos capítulos são chamadas de “livros”), Platão reflete sobre o conceito de *mímeses* (imitação) e desferiu severas críticas aos poetas. Suas críticas se direcionam aos poetas, pois esses seriam vistos como imitadores, isto é, reprodutores simulacros (representações por imitação), distanciando as pessoas da verdade existente no mundo das ideias. O filósofo critica diretamente o poeta Homero e o seu papel desempenhado na formação dos gregos. Nesse sentido, trata-se de compreender que Platão

quer demarcar o espaço da filosofia, em substituição à ocupação feita pela poesia na teoria e prática educativas da Grécia. Em certa medida, toda a obra “A República” desferiu uma crítica ao sistema educativo grego em vigor, ao mesmo tempo em que registra a crise da cultura grega, isto é, a substituição da tradição oral decorada (versos dos poetas, como os narrados por Homero) por um sistema de instrução e educação diferentes, mobilizado pela filosofia e, dessa maneira, pela investigação da verdade.

Essa discussão sobre o tema da imitação e dos poetas pode ser classificada como uma investigação de caráter estético, pois está em questão o delinear da verdade e o quanto os poetas contribuem para distanciar as pessoas desse caminho. Essa reflexão se relaciona ao que Platão desenvolve no diálogo “*Hípias Maior*”, discussão realizada por Sócrates e Hípias de Élide, um importante sofista (pessoas muito hábeis na retórica) do período grego. Esse texto é um dos principais textos de Platão sobre o tema da Beleza e nele é posta uma das questões mais importantes para toda a discussão filosófica: o que é o belo?



Nesse texto, Platão reflete sobre a questão posta por Sócrates e discute diferentes temas importantes para a sociedade grega. Está em debate o estabelecimento de critério específico para definir o que faz algo pertencer ao Belo. Eis em questão, então, uma reflexão sobre a ideia daquilo que é o Belo e não o que torna as coisas materiais belas. Nessa reflexão, Platão quer demonstrar que Hípias não usa a razão, ele usa o senso comum para persuadir, para induzir, levar a acreditar uma opinião como verdade, ou seja, sem provas, mas com convicção, por isso é que Sócrates afirma que o homem não pode se pôr acima da verdade. Hípias está ligado à aparência, enquanto Sócrates está ligado à essência.

Na próxima edição do jornal *O Sísifo*, haverá uma matéria tratando especificamente de cada trecho de texto de Platão em questão, isto é, sobre o excerto do livro X de “A República” e do “*Hípias Maior*”. Ambos os textos, que serão cobrados no vestibular da UFPR 2020/2021, estão disponíveis na “Antologia de Textos Filosóficos”, obra que pode ser baixada gratuitamente na internet.

Participe do Jornal
 ENVIE SEU ARTIGO PARA
jornalsisifo@gmail.com

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado

Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio (Maquiavel)

Matheus Berlanda Wolf
Priscilla Cella Rodrigues
Sidnei Alves

Maquiavel se tornou amplamente conhecido por sua obra *O Príncipe* (1513), manual de conselhos práticos dirigido aos governantes, no qual o filósofo florentino se apresenta como um apologista do absolutismo monárquico e, para alguns, como um apologista do exercício do poder despótico alçado e mantido a qualquer preço. Ocorre, porém, que já desde o século XVI, a recepção da obra maquiaveliana é marcada por uma disputa entre dois tipos de leitura: uma mais centrada no referido livro, que considera Maquiavel um monarquista, e outra orientada pela leitura de outra obra, na qual o pensador se apresenta como um ávido defensor do modelo republicano de governo. Trata-se dos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, ou, como normalmente é referida, os *Discorsi*.

Os *Discorsi* foram escritos entre 1513 e 1519, durante o autoexílio de Maquiavel em Sant'Andrea in Percussina, ao sul de Florença, publicados postumamente, em 1531, quatro anos após a morte de seu autor. O título da obra faz referência a um conjunto de livros de autoria do historiador romano Tito Lívio (ca. 59 a.C.-17 d.C.), que narram a história de Roma desde sua fundação, em 753 a.C., até por volta do ano 9 d.C. Intitulada *Ab urbe condita libri* ("Desde a fundação da cidade"), a obra de Tito Lívio tinha 142 volumes, dos quais Maquiavel comentou apenas os dez primeiros livros, relacionando os eventos descritos pelo historiador romano aos problemas políticos pelos quais Florença passava durante o século XVI.

Desse modo, enquanto em *O Príncipe* o filósofo trata dos principados, nos *Discorsi* aborda as repúblicas no horizonte de uma preocupação comum a outros autores humanistas de sua época: a fundamentação constitucional das pequenas repúblicas capaz de garantir sua autonomia e liberdade frente ao assédio das grandes potências nacionais que se unificavam. Maquiavel escreve num tempo em que a Itália ainda estava fragmentada em múltiplos reinos independentes e, assim, permanecia à mercê dos interesses de Estados já constituídos que reivindicavam territórios e realizavam ocupações em toda a Europa, como a que de fato ocorreu em Florença com a invasão de tropas militares francesas que destituiu o principado e instituiu a república em 1494.

A estrutura da obra é composta de três livros: o primeiro indica a origem e o desenvolvimento político de Roma, a transição entre a Monarquia e a República e a criação de instituições que asseguravam sua liberdade, isto é, fundação, organização e governo dos Estados. O Livro II trata da expansão de Roma na conquista de outros domínios territoriais para consolidar a liberdade anteriormente obtida. Por fim, no Livro III, Maquiavel avalia a ação dos cidadãos

romanos na manutenção da liberdade, discorrendo sobre a ampliação e decadência dos Estados e a natureza das conspirações.

Em linhas gerais, nos *Discorsi*, Maquiavel desenvolve suas ideias democráticas e postula que a atividade política é caracterizada pelo *conflito* e a conciliação de interesses divergentes. Dito de outro modo, para o pensador florentino, o conflito é inerente ao sistema republicano de governo, visto que nele coexistem o interesse determinante dos governantes com a intenção de a maioria não ser oprimida. Ao longo da obra, o filósofo explicará que é justamente esse embate político que leva a república a criar boas leis que, no fim, garantirão ainda mais liberdade aos cidadãos.

Na próxima edição d'*O Sísifo*, a obra que apresenta a face republicana de Maquiavel será analisada com mais detalhes, sobretudo, em relação a três aspectos principais do seu texto: sua defesa do governo misto como condição para o estabelecimento da lei, seu reconhecimento da importância do conflito e suas considerações acerca da liberdade.

Seguem algumas sugestões de vídeos e artigos para uma melhor compreensão do tema abordado, no entanto, lembramos que as questões do vestibular levam em conta fundamentalmente o conteúdo e os conceitos presentes no texto indicado.

- ✓ Os vídeos O pensamento político de Maquiavel e Tudo sobre Maquiavel, dos professores Anderson Pinho da Silva e Marcio Krauss, nos Canais Filosofia Total e Professor Kraus, respectivamente, na plataforma YouTube;
- ✓ Os artigos Maquiavel e a República: lei, governo legal e institucionalidade política nos Discursos sobre a primeira Década de Tito Lívio (2010), de Raquel Kritsch, disponível na página de periódicos da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
- ✓ O pensamento de Maquiavel em 'Vingadores: Guerra Infinita' (2018), no qual o cientista político Matheus Passos da Silva analisa o personagem Thanos, supervilão do Universo Cinematográfico Marvel, a partir das categorias propostas pelo filósofo florentino (disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/1063/910>).

Lembrem-se, novamente, que a prova será elaborada levando em conta fundamentalmente o conteúdo e os conceitos presentes no texto indicado no edital.